



Recebido em: 25/09/2025

Aprovado em: 07/11/2025

Publicado em: 23/12/2025

**CARTOGRAFIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO:
diálogos sobre comunidade e território****SOCIAL CARTOGRAPHY AND DEVELOPMENT:
dialogues on community and territory**Albio Fabian Melchiorretto⁶⁸Luciano Félix Florit⁶⁹

A ecologia dos saberes deveria também integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência como comunidade.
(Ailton Krenak)

Resumo

O texto explora o conceito de comunidade em diálogo com o território, ancorando-se em uma revisão teórica fundamentada nas ideias de Bauman, Agamben, Deleuze e Guattari. A metodologia adota uma abordagem cartográfica social, orientada pela perspectiva rizomática, para compreender a relação entre território, identidade e cultura. Nessas linhas revela-se que a comunidade não é apenas um espaço físico, mas um território simbólico que possibilita resistência às dinâmicas desagregadoras do capitalismo neoliberal. Além disso, destaca-se a importância da resiliência comunitária e das práticas coletivas na criação de alternativas às forças hegemônicas. A partir do diálogo teórico, identifica-se a cartografia social como ferramenta essencial para mapear as interações sociais e culturais, expondo fluxos de poder e dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização. Conclui-se que a comunidade, como espaço de liberdade e solidariedade, desempenha um papel central na promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, transcendente às abordagens econômicas tradicionais. Este estudo contribui ao oferecer uma perspectiva sobre o papel das comunidades na construção de territórios equitativos e resilientes, sugerindo que a

⁶⁸ Doutor em Desenvolvimento Regional e Mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, é Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, e Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE e Geografia pela Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: albio.melchiorretto@gmail.com

⁶⁹ Graduado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires (1995), Mestre em Sociologia Política, UFSC (1998), Doutor em Sociologia pela UFRGS (2003) com doutorado sanduíche na University of Nottingham, Pós-doutorado em Antropologia na UFMG (2017). É professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (FURB), nos cursos de Mestrado e Doutorado. Suas áreas de atuação são a Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Ambiental e Ética Ambiental, focando atualmente na temática da Ética Socioambiental e o Desenvolvimento Regional com os seguintes subtemas: 1 - Consideração moral de seres vivos não humanos e padrões de desenvolvimento; 2 - Justiça ambiental e conflitos ambientais; 3 - Povos e comunidades tradicionais, ética socioambiental e território. Também atua na formação de professores no curso de Licenciatura em Ciências Sociais. E-mail: lucianoflorit@gmail.com



integração entre filosofia e práticas territoriais pode reconfigurar os paradigmas de desenvolvimento contemporâneo.

Palavras-chave: Comunidade. Geofilosofia. Cartografia Social.

Abstract

The text explores the concept of community in dialogue with territory, anchored in a theoretical review based on the ideas of Bauman, Agamben, Deleuze and Guattari. The methodology adopts a social cartographic approach, guided by the rhizomatic perspective, to understand the relationship between territory, identity, and culture. It reveals that the community is not merely a physical space but a symbolic territory that enables resistance to the disaggregating dynamics of neoliberal capitalism. Furthermore, the importance of community resilience and collective practices in creating alternatives to hegemonic forces is emphasized. Through theoretical dialogue, social cartography is identified as an essential tool to map social and cultural interactions, exposing power flows and the dynamics of deterritorialization and reterritorialization. The study concludes that the community, as a space of freedom and solidarity, plays a central role in promoting more inclusive and sustainable development, transcending traditional economic approaches. This study contributes by offering a perspective on the role of communities in building equitable and resilient territories, suggesting that the integration of philosophy and territorial practices can reconfigure contemporary development paradigms.

Keywords: Community. Geophilosophy. Social Cartography.

1 INTRODUÇÃO

A proposição deste texto abordará a ideia de comunidade e território diante de uma possibilidade de diálogo com o desenvolvimento. Para enfrentar este desafio depara-se com diversas questões. Então, por ora, diante desta condição, o texto se vale de uma estratégia de problematização. O que se pretende, nesta seção, é apresentar conceitos e questões que nortearão a reflexão. Em primeiro, se reconhece que a história do tempo presente é um período marcado pela individuação (Agamben, 2022). O que torna um desafio pensar a comunidade diante das imposições do capitalismo neoliberal e de sua postura transgressora.

O conceito de individuação em Agamben (2022) trata de um processo contínuo que entende a transformação do sujeito em indivíduo. O conceito, no pensador italiano, é recuperado de sua leitura da filosofia medieval, marcado por um exercício de compreensão dos processos sociais de singularidade. Ao pensar com Pál-Pelbart (2003), pode-se afirmar que este indivíduo, no processo de individuação, tem sua singularidade sequestrada por forças de poder. A partir de Agamben (2022) afirma-se que a individuação do indivíduo emerge num contexto sistêmico que ultrapassa a



microrrealidade em que ele se encontra. “Não se tem aqui individuação em virtude da forma, mas individuação da forma” (Agamben, 2022, p. 12).

Ao considerar a comunidade como um agente central do desenvolvimento, abre-se espaço para uma reterritorialização das prioridades econômicas, sociais e ambientais. Nesta perspectiva teórica o bem-estar coletivo e a sustentabilidade tornam-se protagonistas, seguindo a leitura de Krenak (2020). Dessa forma, propõe-se que a comunidade não seja apenas um grupo de indivíduos, mas sim uma força ativa que participa na construção de um território mais equitativo e solidário, propondo outra cartografia possível.

Diante destas condições, objetiva-se discutir a ideia de comunidade em diálogo com o território e como este, de modo específico, atravessará as questões correlatas como identidade e cultura. Por ora, é um estudo teórico, ligado a um projeto de pesquisa que se desdobrará em outras partes. Entende-se aqui a comunidade como uma teia complexa que vai além da espécie humana e imbrica-se com elementos da Mãe Terra, como rios, florestas, montanhas e animais, pensando-a como uma espiritualidade vivencial, como apontado por Krenak (2020). Não é apenas a reunião de indivíduos em torno de uma singularidade, mas sim, este grupo em teia com elementos da Mãe Terra e com os saberes constituídos naquele espaço.

A reflexão levanta questões como, que outro território seria possível conceber a partir dos processos de desterritorialização e de sequestro? Ao explorar essas possibilidades, surge outra indagação, a comunidade poderia representar esse “outro território”? Embora a resposta a essa pergunta ainda não seja definitiva, a ideia de comunidade, dentro dessa perspectiva, emerge como forma de resistência às estruturas que promovem desigualdades.

Para o desta reflexão, além da introdução já apresentada, se adicionam outras quatro sessões. Na próxima, ocupar-se-á da construção conceitual, dos termos fundantes, as quais são a comunidade e a individuação. Na sessão seguinte, a metodológica, apresentar-se-á o que se entende por cartografia social e como ela será usada para balizar o diálogo entre a ideia de comunidade e o desenvolvimento numa perspectiva geofilosófica (Deleuze; Guattari, 2010). Até agora, toma-se a comunidade, apenas como uma ideia, e não como uma experiência empírica. Estas duas sessões dão corpo para o diálogo teórico, que será a sessão seguinte que apontará três caminhos: a resiliência, a cartografia dos fluxos e a geofilosofia, e por fim, aquilo que



convencionalmente chama-se de considerações finais, que lançarão recomendações para estudos futuros sobre o tema a partir da resposta da pergunta norteadora, que abriu esta sessão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: A COMUNIDADE COMO ALTERNATIVA EM BAUMAN E AGAMBEN

Esta sessão se ocupará de duas reflexões, a ideia de comunidade em Bauman (2003) e a reflexão sobre individuação em Agamben (2022). A discussão conceitual inicia-se com Bauman (2003) apresentando a ideia de comunidade, na sequência, mostra-se uma teia conceitual com a qual se pretende refletir. Então, para Bauman a ideia de comunidade reveste-se de caráter nostálgico, remetendo a uma ideia de paraíso perdido. Não se limita ao encontro do paraíso, mas com ele, olham-se possibilidades. “Comunidade é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido - mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá” (Bauman, 2003, p. 9), para pensar alternativas aquilo que ali-está.

A comunidade representa um lugar de segurança, pertencimento e solidariedade. São características que parecem diluídas ou fragmentadas no tempo presente. A comunidade não é entendida apenas como um espaço físico ou um território, mas sim, um conceito carregado de identidade ou ainda, um espaço simbólico que oferece refúgio frente às incertezas e pressões que o capitalismo contemporâneo impõe através da ideia de controle, como Deleuze (1992) discute ou a ideia de sequestro, apresentada por Pál-Pelbart (2003).

A comunidade, em Bauman (2003) proporciona uma promessa de autodeterminação, onde os indivíduos encontram uma forma de existência mais autêntica e menos sujeita às forças alienantes da sociedade de consumo. Embora o autor trate a comunidade como um “lugar”, entende-se que esse “lugar” transcende o espaço. “Há um preço que se paga pelo privilégio de viver em comunidade - e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada autonomia, direito à autoafirmação” (Bauman, 2003, p. 10).

A comunidade em Bauman (2003) não é a negação da liberdade. Há uma “diferença [...] entre a comunidade de nossos sonhos e a comunidade que realmente existe” (Bauman, 2003, p. 9). No campo do discurso, para o autor, a comunidade remete a ideia moralmente boa. E neste campo, pensar que ela é um paraíso perdido,



implica, também, mesmo que o autor não tenha dito diretamente, pensar que exista mecanismo que distancia o que realmente existe do paraíso. Então, vive-se no “paraíso ainda esperado” (Bauman, 2003, p. 9). O esperado é a uma reunião, diz o autor, em torno da segurança e da confiança.

A reunião de pessoas esperançosas na busca destes dois elementos, a segurança e a confiança, o fazem renunciar a determinadas condições de liberdade. Nas palavras do autor, “o preço é pago em forma de liberdade” (cf. Bauman, 2003, p. 10). São forças que atravessam os indivíduos reunidos, que aceitam novos panópticos e eternos dispositivos de “vigilância” que garantem segurança e confiança no sistema. Estas novas formas, para Bauman (2003), mesmo que garantam uma reunião de pessoas e são chadas de comunidade, não representam aquela ideia, moralmente boa, de comunidade. O que há é outra coisa.

A concepção de comunidade, enquanto espaço de autodeterminação e de esperança na busca do “novo paraíso⁷⁰”, destaca-se como alternativa potente às estruturas de poder dominante, proporcionando uma forma de resistência e resiliência diante das forças desagregadoras. Uma força, que, de certa forma, produz um mapa como um campo de esperança. Aqui, não se terá a intensão de usar o termo resiliência como a capacidade de superação de desafios e adversidades, sequer corroborar com a lógica capitalista que utiliza este termo como uma forma de manter a motivação frente a exploração do capital. A palavra tem origem no latim *resilio*, *resilire* (cf. Rezende; Bianchet, 2022, p. 358). Ela é composta de duas partículas, *re* (que significa retrocesso) e *salio* (saltar, pular), portanto, *resilio* traz a ideia de saltar para trás, recuar, retroceder e voltar saltando. Uma volta ao paraíso perdido de Bauman.

Considerando estes apontamentos, a comunidade, segundo Bauman (2003), configura-se como um conceito que contém em si, tanto uma crítica ao presente quanto uma esperança para o futuro. Ela se apresenta como um ideal de convivência onde a segurança, a confiança, o pertencimento e a solidariedade figuram como valores centrais. Embora a ideia de comunidade pareça, em certo grau, utópica ou revestida de

⁷⁰ Bauman (2003) não utiliza esta expressão. Ele afirma que a comunidade é um paraíso perdido e o tempo presente se constitui na formação de outras formas comunidades para haver segurança e confiança para os indivíduos. “Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade” (Bauman, 2003, p. 10). O paraíso foi perdido, há uma busca incessante, ela está no campo do esperar e não da execução, pois o território, de certa forma, foi capturado por forças externas, as mesmas que limam a ideia de segurança e confiança. “As comunidades existentes são espaços de contradições” (cf. Bauman, 2003, p. 11).



nostalgia, ela serve como outro horizonte, apontando para a reconstrução de laços sociais e para formação de laços que priorizem o coletivo em detrimento da individuação.

Considerando a leitura de Bauman (2003) a comunidade emerge como um conceito transgressor, oferecendo-se como alternativa às imposições de um sistema que promove a fragmentação social e a mercantilização das relações humanas. A individuação, nesse sentido, não apenas isola os indivíduos em suas experiências e preocupações pessoais, mas também enfraquece os laços sociais que tradicionalmente formavam a base das comunidades, conforme Bauman (2003, p. 12) explorou.

A perspectiva transgressora da comunidade decorre de sua capacidade de desafiar o poder disciplinar que se reproduz por conta própria, conforme é descrito por Bauman (2003). Se há o exercício de poder, por consequência há formas de controle, e estas são intrínsecas ao capitalismo neoliberal, que opera por meio de mecanismos sutis e internalizados, tornando desnecessária a presença de um controle externo, como Deleuze (1992, p. 3) aponta. A comunidade forneceria um espaço de solidariedade e coesão social, resiste a essa lógica autossustentável de controle.

No entanto, nas condições do tempo presente, a comunidade se torna cada vez mais dispensável para o sistema dominante. O capitalismo neoliberal, ao promover a mobilidade constante, a flexibilidade e a competição, enfraquece as bases sobre as quais as comunidades tradicionalmente se sustentaram. A desvalorização da comunidade é um reflexo da lógica capitalista, que vê nas relações sociais fixas e nos laços comunitários um obstáculo à livre circulação do capital e à maximização do lucro. Consequentemente, o sistema capitalista tende a desintegrar as comunidades, substituindo-as por redes efêmeras e utilitárias de interações, que servem principalmente aos interesses do mercado e a fragilidade do instante.

Agora parte-se para o segundo conceito, o de individuação, dado a partir de Agamben (2022). Na obra *A comunidade que vem*, o autor faz uma genealogia do conceito de individuação para pensar a formação de certas singularidades. A individuação promove o isolamento dos indivíduos e, por consequência, a fragmentação das bases da vida comunitária. A partir destes pressupostos, esta reflexão propõe um diálogo em torno da ideia de comunidade, com o desenvolvimento, permitindo uma análise crítica das interrelações entre território, identidade e cultura. São elementos que



se entrelaçam na construção de uma sociedade coesa e resistente às forças desagregadoras.

A perspectiva de Agamben (2022) sugere que a comunidade, em certo grau, representa a superação dos estados de incerteza que permeiam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, ao pensar o desenvolvimento regional em diálogo com a ideia de comunidade, permitiria explorar novas condições vivenciais, onde as dinâmicas territoriais, identitárias e culturais são valorizadas como fundamentos para uma existência coletiva mais sólida e significativa. Essa abordagem propõe uma redefinição do desenvolvimento, que passa a ser visto como um processo integrado, no qual a comunidade desempenha um papel central, indo além da ideia de desenvolvimento apenas como sinônimo de crescimento econômico, ou progresso material como Fernando Henrique Cardoso (1995, p. 618) criticou.

Então, pensar a comunidade, a partir de Agamben (2022), é pensar aquilo que está fora, ou no caso deste texto, é pensar o desterritorializado como saída. A comunidade seria o lugar que permite pensar a despolitização da política, dada no sentido corriqueiro de política. Pensar além do Estado e das condições nas quais ele faz pensar. Então, a comunidade envolveria uma ideia de subversão das estruturas que perpetuam o processo de humanização ancorado na *bios*, uma maquinaria que, em última instância, compromete a relação mais fundamental com o “ter-lugar” da singularidade qualquer. A comunidade seria um espaço de liberdade, onde a singularidade poderia emergir sem ser capturada por categorias políticas tradicionais, ou pelos novos panópticos. A comunidade seria um espaço seguro, sem território e sem determinações e tutelas, proporcionando uma ideia de confiança na própria comunidade.

3 METODOLOGIA

Esta sessão se ocupará em discutir duas questões. A primeira é o que se entende por cartografia social e a segunda questão, a do território, pensando num fluxo entre desterritorialização e reterritorialização, como um lugar, ou um espaço para pensar, ainda hipoteticamente, a criação de outro-lugar.

O diálogo entre a ideia de comunidade e o desenvolvimento será conduzido com inspiração na cartografia social elaborada a partir da leitura de Deleuze e Guattari (2011a, p. 24). A cartografia aqui será entendida como uma abordagem que mapeia os territórios sociais de maneira flexível e complexa. Diferente da cartografia tradicional,



fechada em mapas, ela dá ênfase às perspectivas expondo relações de poder e fluxos de desejo subjacentes.

A cartografia deleuzo-guattariana considera a multiplicidade de forças. É uma abordagem que oferece um retrato dinâmico das relações sociais, contribuindo para uma compreensão dos espaços habitados, percebendo as intensas mobilizações a atuar sobre o território. A atividade do cartógrafo, para Deleuze e Guattari (2011a, p. 24) está na grupalidade, ou ainda, como se pretende afirmar neste texto, ela está na comunidade.

Aqui considerar-se-á a comunidade como espaço atravessado pelo movimento território, desterritorialização e reterritorialização, que aqui será chamado de TDR⁷¹. O território, a partir de Deleuze e Guattari é pensado como fluxo de deslocamentos e não como algo enrijecido ou já pronto. Para melhor entender,

o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social: campo de poder que envolve edificações e relações sociais historicamente determinados. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização pelo exercício do poder de determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades do cotidiano (Saquet, 2015, p. 45).

Os processos da cartografia social acontecem na coletividade, ponderando a singularidade da identidade comunitária e a multiplicidade local. Então, duas condições são necessárias neste capítulo, primeiro, planificar o que é a cartografia social e como ela é pensada a partir de Deleuze e Guattari (2011a) e, na sequência, o movimento TDR.

A cartografia social valoriza profundamente as experiências na geração de conhecimento sobre um território específico. Ela destaca a importância das perspectivas dos sujeitos envolvidos e promove a participação ativa das pessoas no processo de mapeamento e de reconhecimento daquele espaço. Dessa maneira, a cartografia social deleuzo-guattariana capta a multiplicidade de vozes, narrativas e perspectivas que compõem um determinado território, oferecendo uma compreensão mais rica e dinâmica das relações sociais que ali se estabelecem. Busca-se reconhecer quem são aqueles que falam.

A cartografia social, em Deleuze e Guattari (2011a) se entrelaça com o conceito de "rizoma". Ela sublinha uma natureza não hierárquica e não linear das redes de conexão entre os elementos de um sistema. A cartografia social deleuzo-guattariana,

⁷¹ Quando descrevem o movimento território, desterritorialização e reterritorialização, os autores Deleuze e Guattari (2011a) não utilizam a abreviação TDR, o fizemos neste texto para oferecer maior dinamicidade na escrita.



portanto, dedica-se a mapear os rizomas sociais, destacando as interações inesperadas, os pontos de ruptura e as oportunidades de transformação que emergem nesses espaços.

Fazer o mapa e não o decalque [...]. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, demonstrável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 30).

E o rizoma, por sua vez

nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. [...] Um rizoma, não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 22/23).

A partir destes conceitos, afirma-se que a comunidade, ao ser concebida como um espaço atravessado pelo movimento de TDR, adquire uma dimensão dinâmica e fluida, distanciando-se da noção tradicional de território como um espaço fixo e delimitado por um mapa desenhado. O território, nessa perspectiva, não é mais entendido como um simples decalque ou uma representação estática de um espaço geográfico, mas sim como um fluxo de deslocamentos que envolve constantes transformações. Esses deslocamentos refletem as interações complexas e múltiplas entre os sujeitos e o espaço, onde o território se torna um campo de forças em movimento, permeado por processos de desterritorialização e reterritorialização.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari; Rolnik, 2013, p. 323).

No processo de desterritorialização, as estruturas, identidades e práticas culturais que anteriormente estavam ancoradas em um território específico são deslocadas, seja por pressões externas, como o capitalismo global, ou por dinâmicas internas, como os fluxos migratórios e as mudanças sociais. “Jamais nos desterritorializamos sozinhos” (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 41). Esse movimento de desterritorialização implica a desconexão dos elementos constitutivos da comunidade de suas raízes territoriais, levando a uma redefinição das fronteiras e das relações sociais.

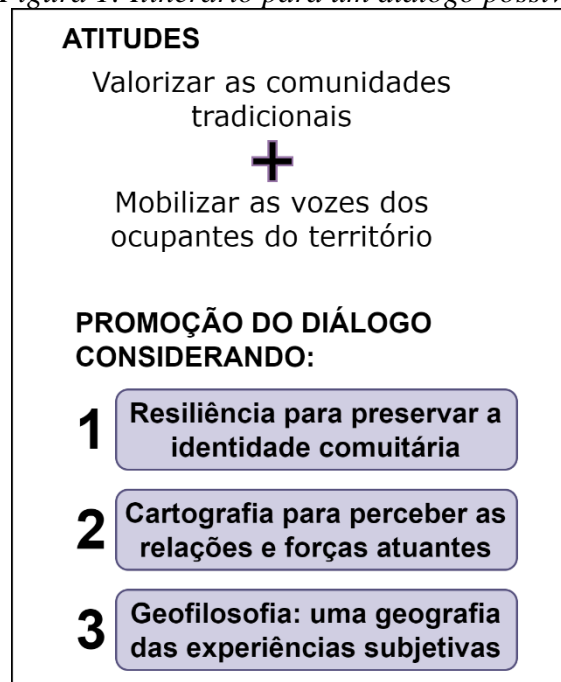


A reterritorialização, por sua vez, envolve a criação de novos territórios, tanto físicos quanto simbólicos, onde as comunidades reconstróem suas identidades e redes de pertencimento. Nesse sentido, a comunidade se torna um espaço de constante (re)negociação e (re)construção, onde o território é continuamente reconfigurado em resposta às forças que provocam a desterritorialização. A partir da dinâmica TDR, a comunidade emerge como um espaço não apenas de resistência, mas também de inovação e resiliência, onde as transformações territoriais são vistas como oportunidades para a criação de novas formas de convivência e solidariedade, capazes de responder às complexidades do mundo contemporâneo, gerando um espaço de segurança e confiança.

A metodologia proposta baseia-se em uma reflexão teórica fundamentada nas formulações de Deleuze e Guattari (2011a) a fim de estabelecer uma cartografia social. Esta reflexão teórica integrará os conceitos já apresentados, visando promover um diálogo com o desenvolvimento e pensar uma certa geografia, incorporando fragmentos de uma filosofia, em certo grau, rizomática.

4 O DIÁLOGO ENTRE A COMUNIDADE E O TERRITÓRIO

Figura 1: Itinerário para um diálogo possível



Fonte: Melchiorretto e Florit (2025)

Ao discutir o conceito de comunidade, é inevitável a aproximação à ideia de comunidades tradicionais, compreendidas, segundo Grava e Florit (2020), como os



grupos que incluem indígenas, agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Estes grupos, historicamente enraizados em práticas culturais e sociais que resistem às pressões da modernidade e do capitalismo global, são representações vívidas de formas de vida comunitária que desafiam as lógicas dominantes de exploração e reterritorialização.

Ao se pensar as comunidades tradicionais, pode-se afirmar que elas, muitas vezes marginalizadas e invisibilizadas, resistem às pressões da modernidade e lutam para manter o controle sobre seus territórios e modos de vida.

Considerando que essas populações dependem diretamente da exploração dos recursos naturais disponíveis em seus territórios para a manutenção de sua vida material e cultural, a situação de conflito ambiental territorial ameaça diretamente seus modos de vida, conformando-se, assim, como situação de injustiça ambiental (Grava; Florit, 2020, p. 1754).

Parte-se das comunidades tradicionais, para chegar até a ideia de comunidade, o qual é o foco de discussão deste texto. Neste recorte, as comunidades tradicionais representam uma forma robusta de resistência às pressões impostas pelo capitalismo em escala global. As populações das comunidades tradicionais, ao resistirem às pressões da modernidade e lutarem para manter o controle sobre seus territórios e modos de vida, desafiam diretamente a expansão capitalista mantendo o conjunto identitário do território como enfrentamento aos processos de individuação (*cf.* Agamben, 2022).

A dependência direta da exploração dos recursos naturais disponíveis em seus territórios para a manutenção de sua vida material e cultural torna-se um mecanismo de oposição ao modelo capitalista, que frequentemente prioriza a exploração intensiva e a degradação ambiental, desconsiderando a Mãe Terra como o lugar da comunidade (*cf.* Krenak, 2020). O conflito ambiental territorial, que ameaça diretamente seus modos de vida, exemplifica as tensões entre os interesses capitalistas e as práticas sustentáveis dessas comunidades, configurando-se como uma situação de injustiça ambiental. Portanto, ao enfrentar essas adversidades, as comunidades tradicionais se afirmam como agentes de resistência e resiliência contra a hegemonia capitalista, mantendo suas práticas culturais e a integridade de seus territórios. E esta não é condição única das comunidades tradicionais, mas é potencializado em seus territórios como Grava e Florit (2020) descrevem.

Ao pensar a comunidade, no contexto desta reflexão, não se pretende limitar o conceito de comunidade as formas tradicionais de organização social. A ideia abrange



uma diversidade mais ampla de grupos e experiências, reconhecendo que, em sua essência, a comunidade é um território do consensual, onde se vivenciam práticas de liberdade e coletividade, conforme aponta Grava e Florit (2020) descreveram. Essa abordagem mostra que a ideia de comunidade é uma forma de resistência às imposições hegemônicas, engajando-se em práticas que valorizam o coletivo, a segurança e a confiança.

Esse diálogo não busca simplesmente romantizar ou idealizar as práticas das comunidades tradicionais, mas sim aprender com suas experiências de resistência e adaptabilidade, como Krenak (2020) alerta. Através da observação e análise das dinâmicas internas dessas comunidades, é possível extrair lições valiosas sobre como as práticas coletivas podem ser mobilizadas para desafiar e subverter as forças do capitalismo neoliberal que promovem a individualização e o desengajamento social.

A abordagem metodológica adotada neste estudo incorpora a cartografia social, uma ferramenta teórico-prática inspirada pelas ideias de Deleuze e Guattari (2011a). Conforme apontam Kastrup e Passos (2013), essa metodologia não se limita a capturar a superfície dos fenômenos sociais, mas acompanha os processos de transformação, resistência e adaptação que ocorrem nos territórios sociais. A cartografia social, ao focar nas interações entre diferentes elementos — como indivíduos, instituições, práticas culturais e políticas —, permite uma compreensão mais profunda e nuançada dos espaços habitados pela comunidade, destacando como esses espaços funcionam como alternativas às forças de poder dominante.

O diálogo teórico entre a ideia de comunidade e a cartografia social deleuzo-guattariana permite, em certo grau, estabelecer um retrato das relações sociais que aí estão – para usar uma expressão dos pensadores franceses. O que não se limita a descrever os espaços sociais, mas sim, contemplar a complexidade e a multiplicidade das experiências comunitárias, revelando as interações imprevisíveis, os pontos de ruptura e as possibilidades de transformação que surgem nesses espaços. Ao correlacionar os conceitos procura-se redefinir a noção de comunidade, considerando-a como um espaço atravessado pelo movimento TDR. O que enfatiza que a comunidade não é apenas um espaço físico delimitado, mas um território em constante (re)configuração, onde as forças de desterritorialização e reterritorialização interagem para moldar as identidades coletivas e as práticas sociais.



Para formar uma reflexão se estabelecer um diálogo entre a comunidade o território enumera-se algumas ações. A primeira delas é a resiliência comunitária que emerge como um elemento crucial na análise das práticas de resistência das comunidades tradicionais e contemporâneas frente às imposições do capitalismo neoliberal. Essas práticas, que incluem estratégias de autossuficiência, solidariedade e defesa territorial, não se limitam a formas de resistência passiva, mas englobam iniciativas ativas que informam diretamente as estratégias de desenvolvimento e planejamento. Ao observar como as comunidades se organizam para preservar suas identidades e autonomia diante das pressões externas, é possível extrair lições valiosas para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento de maneira inclusiva e sustentável. A resiliência tomada ao conjunto discursivo de identidade e não da captura e do sequestro que o sistema tenta impor forçosamente numa reterritorialização de homogeneização.

O segundo ponto de diálogo é a conexão dos pontos de resiliência com a cartografia social. Ao mesmo tempo que é uma metodologia é de pesquisa, ela é uma ação sobre o objetivo pesquisado, pois se constitui como uma ferramenta teórico-prática, potente para mapear⁷² as dinâmicas sociais e culturais que influenciam o desenvolvimento e o planejamento.

Ao mapear as múltiplas vozes que compõem um território, a cartografia social expõe as relações de poder e os fluxos de desejo que atravessam os lugares proporcionando uma compreensão dos fatores que impactam as políticas territoriais. Desta forma, a cartografia social contribui para o desenvolvimento de estratégias de planejamento territorial que sejam mais sensíveis às necessidades e aspirações das comunidades locais.

Com isso, chega-se ao terceiro ponto de diálogo, a geofilosofia, especialmente através das contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011b), propicia uma reflexão crítica sobre as políticas territoriais propondo outras formas de pensar as relações entre o espaço ocupado, as forças que atuam e a formação de subjetividade. Ao enfatizar a importância das experiências subjetivas e coletivas na formulação de

⁷² Aqui o mapa é entendido no contexto de Deleuze e Guattari (2011a). O mapa é usado como um conceito central para representar um modo de pensar e agir rizomático, em oposição ao decalque, que representa o pensamento arborescente. Um mapa é aberto e conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível a modificações e com múltiplas entradas. "Um mapa é uma questão de performance, enquanto o decalque remete sempre a uma presumida competência" (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 30). O mapa é parte do rizoma.



políticas, a geofilosofia oferece uma lente através da qual as dinâmicas territoriais podem ser reinterpretadas, considerando a complexidade e a multiplicidade dos elementos que compõem os espaços sociais. A crítica deleuzo-guattariana das formas hegemônicas de poder, que se manifestam através da desterritorialização e da reterritorialização, permite que se vislumbrem alternativas que privilegiam as especificidades locais e regionais, promovendo um desenvolvimento que respeite a diversidade cultural e social das comunidades.

Ela [a geofilosofia] não é somente humana e física, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irreduzibilidade da contingência. Ela a arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um meio o que a filosofia encontra entre os gregos, dizia Nietzsche, não é uma origem, mas um meio, um ambiente, uma atmosfera ambiente (Deleuze; Guattari, 2011b, p. 125).

Na intersecção entre resiliência comunitária, cartografia social e geofilosofia, configura-se uma abordagem integrada para o diálogo entre a noção de território e a ideia de comunidade, pois se reconhece a importância da comunidade como um espaço vital de resistência e inovação, como afirma Krenak (2020). Ao considerar as comunidades não apenas como objetos passivos das políticas de desenvolvimento, mas como agentes ativos na definição de suas próprias trajetórias, é possível construir um modelo de desenvolvimento que seja verdadeiramente participativo e inclusivo, para além do econômico, como foi alertado por Cardoso (1995). Essa abordagem valoriza as práticas e conhecimentos tradicionais (*cf.* Grava; Florit, 2020), ao mesmo tempo, em que utiliza ferramentas como a cartografia social para mapear as complexas interações sociais e culturais que determinam o sucesso ou fracasso das políticas de desenvolvimento com vistas a promoção da segurança e da formação de espaços de confiança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade não se mostra apenas como um território estático ou enrijecido, ela se organiza como um ente ativo, atravessado por forças e muitas vezes sequestrada por lógicas aquém de sua auto-organização. Diante deste contexto a resiliência comunitária, cartografia social e geofilosofia, numa perspectiva cartográfica, poderiam, de certa forma, criar rizomas de enfrentamento às lógicas de opressão. A saída dar-se-ia pelas possibilidades de diálogo. Este estudo abriga-se numa proposta teórica. Ele careceria de análise empírica, e talvez, aqui resida a oportunidade de avanços.



O conceito de geofilosofia, vindo da filosofia deleuzo-guattariana, ao propor uma leitura crítica das políticas regionais tradicionais, enfatiza a necessidade de considerar as singularidades das comunidades e de suas experiências, distanciando-se das práticas homogêneas. Através da geofilosofia, reavaliam-se as estratégias do dito desenvolvimento econômico, promovendo alternativas que respeitem a multiplicidade de vozes e trajetórias existentes dentro de cada território e na sua relação com a Mãe Terra. A geofilosofia, portanto, abriria caminho para novas concepções de desenvolvimento, que se baseiam na valorização das vivências locais e no reconhecimento das especificidades culturais.

Será ela então, o elo de diálogo para a desconstrução do pensamento antropocêntrico e a valorização da diversidade?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 616–624, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum: sobre as sociedades de controle**. *In: Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 9.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a. v. 1

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

GRAVA, Diego da Silva; FLORIT, Luciano Félix. Povos e comunidades tradicionais em Santa Catarina: sistematização de dados e reflexão sobre conflitos ambientais territoriais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 4, p. 1738–1763, 2020.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum.

Fractal: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263–280, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MELCHIORETTO, Albio Fabian; FLORIT, Luciano Félix. **Itinerário para um diálogo possível**: cartografia social e desenvolvimento. [S. l.], 2025. 125801 Bytes. GIF.

Disponível em:

https://figshare.com/articles/figure/Itinerario_para_um_dialogo_possivel_cartografia_social_e_desenvolvimento/30427768. Acesso em: 23 out. 2025.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

REZENDE, Antonio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022. (Coleção Clássica).

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.